

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 166/167

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**Atos da Presidência:****DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/2002**

**SÚMULA:** Susta as Resoluções nºs 2617/2001 e 2618/2001 da Secretaria de Estado da Educação e a 3357/2001, da Secretaria de Estado da Administração.

**DATA:** 11 de dezembro de 2002.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinando com artigo 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica sustada a Resolução nº 3357/2001 da Secretaria de Estado da Administração, publicada no Diário Oficial do dia 17 de maio de 2001, nos termos do artigo 54, XXVIII, da Constituição do Estado do Paraná, por ser ato administrativo exorbitante do poder regulamentar do Poder Executivo.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio XIX de Dezembro, em 11.12.2002

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/2002**

**SÚMULA:** Susta a Resolução nº 100/98 SEAD/SEED, de 15 de outubro de 1998.

**DATA:** 11 de dezembro de 2002.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinando com artigo 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica sustada nos termos do disposto no artigo 54, XXVII, da Constituição do Estado do Paraná, a Resolução Conjunta nº 100/98 SEAD/SEED, de 15 de outubro de 1998, publicada no Diário Oficial do Estado, datado de 21 de outubro de 1998, por ser ato administrativo exorbitante do poder regulamentar do Poder Executivo.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio XIX de Dezembro, em 11.12.2002

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/2002**

**SÚMULA:** Susta a Resolução nº168, de 22 de janeiro de 2002, da Secretaria de Estado da Educação.

**DATA:** 11 de dezembro de 2002.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinando com artigo 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica sustado o artigo 11, com seus parágrafos, da Resolução nº 168, de 22 de janeiro de 2002, da Secretaria de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial do dia 25 de Janeiro de 2002, nos termos do artigo 54, XXVIII, da Constituição do Estado do Paraná, por ser ato administrativo exorbitante do poder regulamentar do Poder Executivo.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio XIX de Dezembro, em 11.12.2002

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 019/2002**

**SÚMULA:** Aprova relatório final da CPI, América Latina Logística do Brasil.

**DATA:** 09 de dezembro de 2002.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinando com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da América Latina Logística do Brasil SA.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio XIX DE DEZEMBRO, em 09.12.2002

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 020/2002**

**SÚMULA:** Aprova ressarcimento das despesas dos senhores deputados - meses de novembro e dezembro de 2002, conforme Resolução nº 15 e 19 de junho de 1992.

**DATA:** 12 de dezembro de 2002.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinando com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução 15 e 19 de junho de 1992, artigo 14, referente aos meses de novembro e dezembro de 2002.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio XIX DE DEZEMBRO, em 09.12.2002

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

---

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 043ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
12 DE DEZEMBRO DE 2002**

*(quinta-feira)*

---

Presidência do senhor deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Carlos Simões.

Às doze horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carilho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 2695

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.12.2002.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 2694

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inversão da Ordem do Dia, da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 12.12.2002.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2694, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Passo neste momento, a presidência dos trabalhos, ao extraordinário, competente e democrático presidente Hermas Brandão neste momento histórico do nosso Parlamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já existe um requerimento solicitando inversão da Ordem do Dia, já aprovado.

Estamos recebendo do deputado Neivo Beraldin, com apoio de quatro senhores parlamentares, uma emenda corretiva que, na realidade não está fazendo correção alguma. Deixamos de receber de acordo com o artigo 138, parágrafos 6º e 7º, inciso III. Faço um apelo, até pelo período natalino, que V. Exa. retirem essas emendas.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Presidente Hermas Brandão, nós estamos no Parlamento e estamos evidentemente amparados pelo Regimento Interno da Casa e a Constituição. O Regimento Interno diz, que em segunda votação, qualquer projeto pode receber emenda, e como tal, cabe à Mesa que encaminhe o retorno à Comissão.

Como estes projetos que visam aprovar as contas do governo não estão relacionados para a Comissão Geral de Plenário, não caberá, na nossa visão modesta, outra atitude se não fizer com que os referidos projetos retornem à Comissão. Isto é ato contínuo.

Por isso, apelo a V. Exa. para que acate a nossa sugestão de emenda, porque ela cumpre, evidentemente, todos os objetivos regimentais e legais.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Coloco a posição desta Mesa como definitiva, mas, como meu espírito democrático fala mais alto, coloco em discussão a minha decisão.

Em votação. **Aprovada.**

Decisão da mesa não se discute, está só em votação pelo espírito democrático.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Gostaria, para efeito legal, que V. Exa. citasse, baseado em quê toma esta decisão, amparado em que ponto do nosso Regimento Interno?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está em votação a decisão da Presidência.

**Aprovada.**

**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Com meu voto contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/2000, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova a prestação de Contas do Estado do Paraná, do exercício de 1993. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 005/2000, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova a prestação de Contas do Estado do Paraná, do exercício de 1994. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 009/2000, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova a prestação de Contas do Estado do Paraná, do exercício de 1996. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS. **Em votação.**

**O SR. NEIVO BERALDIN (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhores deputados.

O ex-presidente de saudosa memória, Anibal Khury, dizia: “A lei não protege quem dorme”. E não posso dormir no exercício da função parlamentar, por isso apresentei as emendas para que ele voltasse à Comissão de Tomadas de Contas. Perfeitamente regimental, legal e lógica. Além de legal, moral! O que não podemos é aprovar as contas de dois períodos, de três períodos de governos na última Sessão, sem a manifestação de um único parlamentar que tenha feito parte da Comissão de Tomada de Contas, para justificar pelo menos o encaminhamento, ou para contraditar as posições que coloquei publicamente, ontem, com documentos oficiais. Eu sei que, como já foi visto, não vou conseguir o intento: já disse, legal e moral.

Mas fica para a reflexão do Paraná, fica para os anais da história. Nós poderíamos discutir estas contas com muito mais tranquilidade, com muito mais bom senso. Poderíamos colocar uma Sessão, no período de um ano, na Sessão seguinte outra, mas todas, todas, não dá! O bom senso não recomenda.

E eu me socorro do Regimento Interno para colocar as emendas se segunda votação; infelizmente não aceitas, mas julgo ter exercido a minha função de legislador.

Concedo o aparte ao deputado José Maria Ferreira.

**O Sr. José Maria Ferreira**

Deputado Neivo Beraldin, nós estamos no final do período legislativo, todos cansados, V. Exa. pode até não estar, mas uso este microfone para dizer que somos obrigados a concordar com o senhor quando estamos votando, na última Sessão, nove contas estaduais. Nem a Comissão teve condições de analisar! É impossível fazer, a Casa não tem estrutura, não acompanha o desempenho da despesa da administração, nós não sabemos o que acontece! Estamos dando um voto político aqui, tanto os que votam contra quanto os que votam favorável.

Ora, nós não podemos continuar, senhor presidente e aqui falo como deputado, não estou querendo entrar na questão, mas é o mérito! Nós não podemos estar votando, aprovando, numa Sessão, nove contas.

Por isso, uso este microfone e peço aparte ao deputado Neivo Beraldin, para dizer que sou solidário a V. Exa., porque a Casa precisa cumprir o seu papel, precisa dar demonstração para a sociedade que ela cumpre o seu papel, que é o de fiscalizar, de acompanhar, que é o de ver a boa aplicação dos recursos públicos.

Sabemos que a sua emenda realmente não vai ter como, mas independente da vossa postura, independente do prazo, do momento, se está atrasado, se tem problema, porque não colocamos antes? Aí nós teríamos condição de fazer a discussão, de fazer isso com muito mais vagar.

Então, esta é a questão que eu peço, senhor presidente, para que nos próximos exercícios, não sou favorável a eternizar uma prestação de contas, para ficar com o garrote em cima do governador ou de quem quer que seja, mas que façamos isso...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Inclusive, deputado nós vamos fazer a reforma do Regimento Interno e vamos incluir, com certeza, no regimento que terá um prazo também para análise das contas.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Atitude sábia, e eu espero que com isso a Casa não fique com esta situação armazenada, como esteve há pouco tempo atrás, de 16 anos.

Ora, aí a Casa não cumpre o seu papel, como não cumpre agora quando aprova nove exercícios, numa tacada, como se tivéssemos conhecimento pleno de todos os atos do Governo.

Por isso, minha solidariedade, deputado Neivo Beraldin, V. Exa. é esforçado, dedicado, é um dos deputados que tem trazido a esta Casa, através da tribuna, maior conhecimento a respeito das contas do Estado, cumpre o seu papel.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Muito obrigado, e eu tenho certeza que este momento servirá também como reflexão para o futuro.

Eu quero reconhecer, senhor presidente, que não tem sido histórico, não tem sido costumeiro do Poder Legislativo fiscalizar com rigor o Poder Executivo, que este momento seja o momento que encerre, de uma vez por todas, esta dita omissão do Poder Legislativo em relação à aplicação dos recursos públicos. Que este seja um momento de mudança de comportamento, porque nós falamos em nome do povo, nós temos a delegação e a função para isso.

Agora, senhor presidente, reconheço sua bondade, seu alto espírito democrático, que V. Exa. quer colocar um ponto final de contas, reconhecendo uma série de virtudes que atribuo a V. Exa.

No entanto, devo ressaltar, que me reservo o direito de recorrer da decisão da Mesa Executiva ao Poder Judiciário do meu Estado, para que me confira esse direito regimental e legal.

Muito obrigado!

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Nós já colocamos a nossa opinião em relação a às contas, no dia de ontem.

Não vamos fazer desse tema um cavalo de batalha aqui nesta Casa.

Já é conhecida a nossa posição. Temos a minoria de votos aqui, a Bancada do Governo é a maioria. A maioria vence, nós vamos votar contrariamente às prestações de contas, fica registrado.

Também não adianta ficarmos aqui chorando o leite derramado. Outras providências poderão ser tomadas.

Então a nossa posição já está clara e vai ser a mesma do dia de ontem.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Em discussão do Projeto de Resolução nº 009/2000.

Em votação. Em discussão. **Aprovado, artigo por artigo.** Com voto contrário da Bancada de Oposição.

**O SR. ELI GHELLERE (Pela Ordem)**

Senhor presidente, gostaria de registrar a minha abstenção de votação até o 8º item.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Fica registrado a abstenção de V. Exa. até o item 8º.

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Estado do Paraná, do exercício de 1997. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo,** com VOTO CONTRÁRIO da Bancada de Oposição e Abstenção do deputado Eli Ghellere.

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 030/2000 de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Estado do Paraná, do exercício de 1998. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo,** com VOTO CONTRÁRIO da Bancada de Oposição e abstenção do deputado Eli Ghellere.

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 025/2001 de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Estado do Paraná, do exercício de 1999. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo,** com VOTO CONTRÁRIO da Bancada de Oposição e abstenção do deputado Eli Ghellere.

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 024/2002 de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Estado do Paraná, do exercício de 2000. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo,**

com VOTO CONTRÁRIO da Bancada de Oposição e abstenção do deputado Eli Ghellere.

### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 031/2002 de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Estado do Paraná, do exercício de 2001. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo**, com VOTO CONTRÁRIO da Bancada de Oposição e abstenção do deputado Eli Ghellere.

### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2695, de autoria do deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após ao término da presente, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos projetos de Lei nºs 200, 688 e 741/2002.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 743, 744, 745 e 746/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 263/2000, 468/2001 e do Projeto de Resolução nº 032/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 608, 705, 726, 728, 763, 765 e 766/2002.

Levanta-se a Sessão.

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 044ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2002

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Carlos Simões.

Às treze horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva:

Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

### O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

### O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 2696

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.12.2002.

(aa) CARLOS SIMÕES

#### REQUERIMENTO Nº 2697

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a retirada por 5 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 705/2002 constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 12.12.2002.

(aa) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

## ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 200/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que estabelece normas voltadas à responsabilidade na gestão social do Estado.

**Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 200/2002  
A Assembléia legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O chefe do Poder Executivo encaminhará anualmente ao Poder Legislativo, como parte integrante da Prestação de Contas, o “Mapa da Exclusão Social.”

Art. 2º - O “Mapa da Exclusão Social” consiste num diagnóstico anual e regionalizado da exclusão social no Estado, com base em indicadores sociais referentes à expectativa de vida, renda, desemprego, educação, saúde, saneamento básico, habitação, população em situação de risco nas ruas e segurança, relativos ao ano/referência da prestação de contas governamentais e ao ano imediatamente anterior, para fins de comparação.

Art. 3º - Os indicadores sociais a serem utilizados na construção do “Mapa de Exclusão Social” são:

I - expectativa de vida, em ano, ao nascer;

II - renda: PIB *per capita*, ajustado ao custo de vida local, indicadores de concentração de renda, número de pessoas abaixo da linha de pobreza;

III - desemprego: percentual médio da população economicamente ativa desempregada;

IV - educação: média entre a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior;

V - saúde: número de postos de saúde, de leitos hospitalares, de agentes comunitários de saúde em relação ao número de habitantes, mortalidade infantil;

VI - saneamento básico: percentual de domicílios com água tratada, coleta e tratamento de esgoto e coleta de lixo;

VII - habitação: *déficit* habitacional medido através do número de pessoas que vivem em loteamentos irregulares, destacando-se as áreas de risco;

VIII - população em situação de risco nas ruas: quantidade de pessoas nesta situação que se encontram nas ruas;

IX - segurança: número de ocorrências policiais por grupo de habitantes.

Art. 4º - A lei que aprovar o Plano Plurianual disporá também sobre as metas de melhoria dos indicadores sociais contidos no “Mapa de Exclusão Social”, bem como sobre a estratégia que será adotada para seu atingimento durante o período de sua vigência.

Art. 5º - Integrará o projeto de lei orçamentário anual o “Anexo de Metas Sociais” que conterà as metas de melhoria dos indicadores sociais contidos no “Mapa da Exclusão Social” a serem atingidas no próximo ano, bem como a discriminação das ações a serem desenvolvidas para tanto, quantificadas financeira e fisicamente sempre que possível.

Parágrafo Único - O “Anexo das Metas Sociais” conterà, ainda, a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

Art. 6º - O descumprimento do disposto nesta lei caracteriza crime de responsabilidade, previsto no artigo 88 da Constituição Estadual.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor 12 (doze) meses após sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.12.2002.

(a) ALGACI TULIO  
Presidente e Relator

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 688/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a transferir o município de Conselheiro Mairinck para o Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho. **Aprovado. (Publ. no DA nº 134/2002, de 04/11/2002).**

## ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 741/2002, de autoria do Tribunal de Contas, que dispõe sobre o cargo de procurador geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 741/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Ministério Público junto ao tribunal de Contas do Estado do Paraná é integrado por 11 (onze)

Procuradores, sendo chefiado pelo procurador geral escolhido pelo governador do Estado, em lista triplíce formado por seus membros, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 2º - O cargo de procurador geral, de provimento em comissão, fica transformado em cargo efetivo e integra o quadro fixado no artigo anterior,

Art. 3º - Aplica-se aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no que couber, a Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999.

Art. 4º - Altera a redação do artigo 3º da Lei nº 13.435, de 09 de janeiro de 2002 e, em conformidade, seu anexo I, para dotar a estrutura do Quadro de Pessoal Efetivo do tribunal de Contas de 03 (três) cargos de assistente social, simbologia ASO-DO 1, conforme segue:

“Art. 1º - ...

Art. 2º - ...

Art. 3º - Ficam criados, na estrutura do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas: 14 cargos de técnico de controle contábil, TCC-EO1; 03 técnico de controle administrativo, TCA-EO1; 03 técnico de controle econômico, TCE-EO1; 03 assessor de engenharia, AE-EO1; 05 analista de sistemas, AS-EO1; 01 assistente social, ASO-DO1; 02 técnico de controle atuarial, TCAt-EO1, 03 assistente social, ASO-DO1.”

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.12.2002.

(a) ALGACI TULIO

Presidente e Relator

#### ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 743/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Sebastião José Monteiro - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede em Mariluz e foro em Cruzeiro do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 744/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Escola Municipal Laudelino Rosa de Mello - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro na comarca de Cruzeiro do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 745/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Escola Rural Municipal Augusta Gutierrez Lopes - Educação Fundamental, com sede em Mariluz e foro em Cruzeiro do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 746/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Escola Municipal Manoel Ribas - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro na comarca de Cruzeiro do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Exmo. Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 468/2002, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que institui a gratificação de incentivo à titulação aos servidores integrantes da carreira do pessoal técnico administrativo das instituições estaduais de ensino superior do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Foi retirado por 03 (três) Sessões na Sessão anterior.

Como já estava pronta a pauta, deixa de ser votada.

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 032/2002, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - meses de novembro e dezembro de 2002, conforme Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992. COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 608/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/2002, que objetiva a revogação da Lei nº 13.224 de 10 de julho de 2001 e restauração dos efeitos das Leis nºs 12.941/2000 e 12.945/2000, conforme especifica. (cede imóvel Educandário Santa Felicidade à Organização Mundial da

Família). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 114/2002, de 09/09/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 608/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo - visa revogar a Lei nº 13.224 de 10 de julho de 2001 e restauração dos efeitos das Leis nºs 12.941/2000 e 12.945/2000.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 705/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/2002, que altera dispositivos dos artigos nºs 17, 34 e 35, da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002 (Agência Reguladora de Serviços Públicos). SEM PARECER. **(Publ. no DA nº 140/2002, de 18/11/2002)**

Este projeto está incluído naqueles que transformam o Plenário em Comissão Geral. Como está sem parecer, designo o deputado Geraldo Cartário a relatar o referido projeto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (*Pela Ordem*)

Senhor presidente.

O Plenário é surpreendido com o item nº 12. Uma Agência Reguladora do Serviço Público. É uma matéria que não podíamos estar votando. É importante e já votamos uma matéria nesse sentido na regulação de atividades. Está no final de expediente, não discutimos. Pediria que transferíssemos, retirasse para o próximo período. Não justifica votarmos sem discussão, sem audiência pública, sem nada. Essa Casa pode se valorizar e muito quando abrir o período para audiências públicas. Quem é o grande interessado? É o cidadão que vai receber os serviços públicos que o Estado vier a prestar.

Peço ao líder do Governo para que retire este projeto, independente de governo, porque não temos tempo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (*Hermas Brandão*)

Está em votação o requerimento nº 2697, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 705/2002.

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 726/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/2002, que dispõe que a Taxa de Segurança de que trata o artigo 4º da Lei nº 7.257/79 de 30 de novembro de 1979, com suas alterações posteriores ficam acrescidas, na tabela 8, das subclassificações 8.1.11, 8.1.12, 8.1.13; 8.2.8, 8.2.9; e altera alíquotas de acordo com o anexo desta lei. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 144/2002, de 25/11/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 726/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 726/2002, oriundo da Mensagem nº 051/2002, do Poder Executivo, tem por objetivo alterar a redação da Lei Estadual nº 7.257/79 de 30/11/79, que institui a Taxa de Segurança.

O referido projeto de lei consubstancia o resultado de estudos conjuntos da Secretaria de Segurança, da Justiça e da Cidadania, inclusive do Departamento da Polícia Civil, da Secretaria de Estado do Governo e da Secretaria de Estado da Fazenda, onde é demonstrada a necessidade de atualizar a Taxa de Segurança a modernos conceitos.

Chamada esta comissão a se manifestar, informamos que não existem óbices a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ELI GHELLERE - Relator

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 728/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 053/2002, que redefine os limites do Parque do Boguaçu, no município de Guaratuba, criado pelo Decreto Estadual nº 4.056, de 26/02/98, passando o referido parque a somar área de 6.660,415 ha. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 144/2002, de 25/11/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 728/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo visa redefinir os limites do Parque Estadual do Boguaçu, no município de Guaratuba, criado pelo Decreto Estadual nº 4.056, de 26/06/98, passando o referido parque a somar área de 6.660,415 ha.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 26.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

## ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 763/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/2002, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso ao município de Curitiba, o imóvel de propriedade do Estado, objeto da matrícula sob nº 24.224, do Cartório de Registro de Imóveis da 8ª Circunscrição da Comarca da Capital, conforme especifica. PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. (Publ. no DA nº 154/2002, de 09.12.2002).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 763/2002

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso ao município de Curitiba, do imóvel de propriedade do Estado, objeto de matrícula sob o nº 24.224, do Cartório de Registro de Imóveis da 8ª Circunscrição da omarca da Capital, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 26.11.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Em votação.

#### O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, são três assuntos idênticos, iguais ao item 11, que tratam, todos, de doação de imóveis, concessão de uso ao município de Curitiba.

Não temos uma idéia formada ainda, em relação ao mérito desse assunto. Acho que nós poderíamos tratar, perfeitamente, desses assuntos no ano que vem. Por isso que havíamos pedido vistas desses três processos na CCJ, exatamente porque houve uma enxurrada de doações de imóveis nesse final de mandato.

O deputado Edson Strapasson está lá na Comissão de Obras com mais de dez projetos de lei doando imóveis do Estado do Paraná para as prefeituras.

Nós queríamos, então, ter uma análise detalhada sobre esses assuntos. Não quero dizer que esses imóveis não serão doados ao município de Curitiba ou cedidos. Todavia, há uma orientação que nos pediu o governador Requião, para que fossem retardadas as discussões desses projetos nesta Casa.

Como tem ocorrido aqui, todos esses assuntos sendo tratados com o maior consenso possível, queria

sugerir ao deputado Durval Amaral para, da mesma forma como assumi um compromisso com o deputado Élio Rusch, em relação a ICMS da Mandioca, também deixarmos para tratar disso no início da nova legislatura, para que não tomemos aqui alguma decisão precipitada ou até revanchista, sei lá, e dar vazão a esse sentimento que não é o sentimento que está imperando aqui na Assembléia Legislativa.

#### O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Não quero entrar no mérito da matéria, mas entrar na parte legal da matéria.

Faço parte da CCJ, juntamente com os deputados Nereu Moura, Orlando Pessuti e outros companheiros, como Hermes Fonseca e olha, se é uma carga para o deputado de um projeto de lei, ele não poderia estar constando na Ordem do Dia.

A CCJ deveria comunicar ao presidente da Casa e até mesmo à Liderança do Governo de que esses projetos não poderiam constar da Ordem do Dia porque estavam com carga de vistas aos parlamentares. Quer dizer, a Liderança do Governo fez uma pauta de projetos que tinha interesse de votar e agora, essa pauta da Liderança encaminhada à presidência teria que ter o aval da CCJ para saber onde estão os projetos, se estão em ordem de vir para votação. Nesse sentido faço essa recomendação.

Outra coisa, senhor presidente, há alguns meses atrás, o Governo do Estado vetou todos os projetos de cessão de uso de imóveis alegando que faziam parte do Fundo de Previdência. Todos os projetos foram vetados.

Agora, o governo manda para Assembléia, cessão de uso de imóveis com uma mensagem? Então, não está dando para entender. Estou feliz porque vem para cidade de Curitiba, que é a minha cidade, não estou entrando no mérito da questão. Então, legal, constitucional, a CCJ deveria ter comunicado ou então a Liderança do Governo ter consultado a CCJ se os projetos estavam em condições de constar dessa prioridade de votações.

#### O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, acho que essa discussão salutar é despendianda, tendo em vista, o amplo caráter social que esses imóveis terão para a sociedade, muito especialmente para a sociedade de Curitiba.

Independentemente da questão, se é este governo que deve ceder esses imóveis ou se o futuro governo, vamos buscar quais são as razões para essas cessões.

Primeiro, um imóvel está sendo cedido para o Corpo de Bombeiros. Vai para prefeitura, para que ela possa instalar um Corpo de Bombeiros próximo à Cidade Industrial para instalar um serviço do Siate. Parece-me uma razão de relevância social muito grande.

O outro imóvel nada mais é do que onde funcionada o Educandário Caetano Munhoz da Rocha onde a Prefeitura já desenvolve um trabalho, um imóvel compartilhado, onde está sendo instalado um centro de treina-

mento para crianças e adolescentes. Parece algo de extremo interesse social.

E o outro, não sei se alguém aqui terá coragem de ficar contra, me parece que sim, mas acredito que não. É um imóvel para doação para a União Paranaense de Estudantes onde a prefeitura investiu x milhões de reais para recuperar aquele imóvel. Talvez eu tenha falhado em não ter explicado as razões dessas cessões ou dessas doações.

Feitas essas explicações, não vejo razão para não votarmos. Não se trata de obra do governo Jaime ou de obra do governo Requião. É apenas celeridade do processo para que a sociedade de Curitiba possa ser atendida.

Muito obrigado, senhor presidente, está feito o encaminhamento.

#### O SR. ALGACI TULIO **(Pela Ordem)**

Senhor presidente.

Quero deixar bem claro que não sou contra a cessão, apenas estou querendo deixar bem claro que infelizmente o que pude entender é que de nada adiantou discutir na CCJ, de nada adiantou o pedido de informação, porque prevaleceu mais a vontade da liderança do governo de querer votar o projeto, do que a atuação do parlamentar na CCJ.

Se estava com o pedido de vistas, não poderia constar desta relação de projetos prioritários a serem votados. Não se quer entrar aqui no mérito, se é para o Corpo de Bombeiros ou não é. Não é essa a questão. A questão é de que prevaleceu, em primeiro plano, a vontade da Liderança do Governo, em fazer a votação dos projetos sem querer saber se ele estava com carga ao deputado ou se estava em condições legais de vir para o Plenário ou não!

Apenas isso!

#### O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Respondendo a V. Exa. esta presidência colocou na pauta de votação, porque foi apresentada no dia 10 de dezembro um requerimento pedindo a transformação do Plenário em Comissão Geral. E relacionaram-se os projetos.

#### O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, é isso que quero dizer a V. Exa: faltou sintonia de informação dentro da Casa.

A CCJ teria que comunicar-lhe de que projetos tais não poderiam constar desta prioridade, porque estão com carga para o deputado. Só isso.

#### O SR. NEREU MOURA **(Pela Ordem)**

Senhor presidente. A decisão da Presidência é correta. A Assembléia está fazendo o papel da CCJ nesse momento. Foi transformada em Comissão Geral.

Está correta a decisão da Presidência de colocar os projetos em apreciação.

A única coisa que nós levantamos aqui, deputado Durval, é que não serão esses três projetos que irão aqui neste momento, tumultuar esta Sessão. Não quero dizer que esses imóveis não serão doados à Prefeitura de Curitiba. Poderão ser. Mas, para que fazer isso na última Sessão Legislativa?

Por que não deixar, para que possamos no ano que vem discutir com tranquilidade, com serenidade? Inclusive, doar esses imóveis à Prefeitura de Curitiba!

Então, quero fazer novamente o apelo a V. Exa. e se não for atendido, iremos naturalmente, encaminhar contra os projetos, votar contra.

Quero pedir aos deputados que nos acompanhem votando contra esses projetos e se isso ainda não for possível, naturalmente que o governador Requião, no ano que vem, poderá revogar estas leis e devolver os imóveis ao Estado do Paraná.

#### O SR. GERALDO CARTÁRIO **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, faria um apelo ao líder, deputado Durval Amaral, no projeto do item 14 que fala sobre o município de Guaratuba.

#### O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Gostaria que V. Exa. deixasse para a 2ª discussão, porque já foi votado. Já estamos no item 15.

#### O SR. GERALDO CARTÁRIO

Então, dei uma de Neivo Beraldin aqui?

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, pela ordem.

#### **(Assentimento)**

Gostaria até que o deputado Durval Amaral que fez a defesa competente do projeto, que nos informasse o porquê do prazo de duração, é só 31.12.02? Do Siate?

#### **(Lê artigo).**

Se está apenas regularizando uma situação e se for até, deputado Nereu Moura, inclusive acho que nós temos que votar.

#### O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

É, na realidade fui informado que, onde está esse terreno, já foi instalado o Corpo de Bombeiros.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Mas se for essa questão de regularização, nós temos que votar.

Está instalado, deputado Durval? É apenas a regularização?

#### O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Está. E inclusive foi anunciado um outro dia, pelos jornais, a inauguração do Corpo de Bombeiros nessa área.

Designo o deputado Geraldo Cartário para relatar o item nº 15.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, reconheço que o deputado Nereu Moura está com uma vontade louca de mostrar o que ele sempre mostrou: muita capacidade, inteligência, competência como líder nesta Casa. Mas não seria no apagar das luzes que eu iria virar “laranja” aqui.

Eu continuo, com todo o respeito ao meu amigo Nereu Moura, todos os seus companheiros e agradeço a V. Exa. ao relatar esse projeto, até mesmo em uma homenagem aos deputados que aqui estão e que não foram reeleitos e que merecem a nossa homenagem de poder votar em um projeto que fala da Capital de todos nós, da Capital do Paraná.

Por isso, senhor presidente sou totalmente favorável e dou parecer favorável pela constitucionalidade desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Está em discussão o parecer. Está em votação o parecer. **Aprovado.**

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

Registro o voto contrário da Bancada de Oposição.

## ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 765/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 058/2002, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação do imóvel de sua propriedade, no município de Curitiba, bairro São Francisco, para a Prefeitura Municipal de Curitiba, situado à Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 1.157, conforme especifica. SEM PARECER DA CCJ. PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. (**Publ. no DA nº 154/2002, de 09.12.2002**).

Também está incluído no requerimento que transforma em Comissão Geral o Plenário,

Designo o deputado Geraldo Cartário para relatar.

Este imóvel é onde está situada a União Paranaense de Estudantes, na rua Carlos Cavalcanti, 1.157.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, aproveitando, quero enaltecer, não sei se foi a Prefeitura de Curitiba ou o Governo do Estado que deu uma melhorada naquela Casa do Estudante, que estava realmente em situação precária e hoje pelo menos, passa a ser de novo um cartão de visita de Curitiba.

Senhor presidente, uma vez mais somos favoráveis e analisamos aqui apenas a constitucionalidade e esse projeto se acha em condições legais de ser votado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Está em discussão o parecer do nobre deputado Geraldo Cartário.

Está em votação o parecer. **Aprovado.**

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

Registro o voto contrário da Bancada do PMDB.

## ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 766/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 059/2002, que autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita ao município de Curitiba, parte do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica. SEM PARECER DA CCJ. PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. (**Publ. no DA nº 154/2002, de 09.12.2002**).

Também este projeto está incluído no requerimento aprovado por esta Casa, que transforma o Plenário em Comissão Geral.

Designo novamente o deputado Geraldo Cartário para relatar.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, uma vez mais agradeço a incumbência de relatar este projeto que se encontra dentro da constitucionalidade e que poderá ser analisado e votado pelos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Em discussão o parecer do deputado Geraldo Cartário. Em votação. **Aprovado.**

Em votação o projeto. **Aprovado**, com voto contrário do PMDB.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2696, de autoria do deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 649, 743, 744, 745 e 746/2002.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 771/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 608, 726, 728, 763, 765 e 766/2002.

Levanta-se a Sessão.